

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 741/XII/2.<sup>a</sup>

### RECOMENDA AO GOVERNO A INTRODUÇÃO DO REGIME DE ‘CLASSE 5’ EM TODAS AS VIAS PORTAJADAS

Quando utilizados em detrimento do automóvel, os motociclos contribuem de forma significativa para a redução da emissão de gases poluentes, pois consomem uma menor quantidade de combustível, e para a fluidez do tráfego. À sua utilização está igualmente associada uma menor deterioração das infraestruturas rodoviárias, devido ao seu peso significativamente mais reduzido do que o dos restantes veículos e à sua menor superfície de contacto.

Por estes motivos, os motociclos usufruem de um regime de pagamento de portagens menos oneroso do que o aplicado aos restantes veículos, a denominada ‘classe 5’, equivalente a 70% do montante cobrado aos veículos de classe 1. Contudo, esse regime é aplicado nas autoestradas concessionadas, deixando de fora as antigas vias SCUT - Sem Custos para o Utilizador e a ponte Vasco da Gama, concessionada à Lusoponte. Para além disso, apenas os motociclistas clientes da Via Verde podem usufruir da redução do pagamento.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda opôs-se e continuará a opor-se à introdução de portagens nas antigas SCUT. Os dados mais recentes demonstram que o Bloco de Esquerda e os movimentos de cidadãos que sempre lutaram contra a introdução de portagens nestas vias tinham razão: o tráfego nestas estradas caiu para metade, o tecido económico das regiões servidas pelas ex-SCUT foi prejudicado, fecharam empresas, perdeu-se emprego, aumentaram os acidentes nas vias alternativas e o Estado terá,

necessariamente, de alocar mais verbas à manutenção das vias alternativas. No entanto, as diversas iniciativas legislativas tendo em vista a revogação das portagens nas ex-SCUT colocadas a votação no plenário da Assembleia da República foram sempre rejeitadas pelo PS, PSD e CDS.

A situação excecional dos motociclos deve ser resolvida. A petição subscrita por 4.804 cidadãos é um sinal de que a resolução deste problema é justa e urgente.

Para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a 'classe 5' deve ser alargada a todas as vias portajadas no país.

Por outro lado, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda recorda que a Comissão Nacional de Proteção de Dados emitiu um parecer defendendo que nenhum cidadão pode ser discriminado por ser ou não cliente da Via Verde. Assim, urge, desde já, que o Governo implemente com a maior urgência um sistema universal que permite a todos os motociclistas serem abrangidos pela 'classe 5', mesmo que não possuam um dispositivo eletrónico de matrícula.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Alargue o regime de cobrança 'classe 5', equivalente a 70% do valor cobrado aos veículos de classe 1, a todas as vias portajadas do país, incluindo as ex-SCUT e a ponte Vasco da Gama;
2. Implemente um sistema que permita a todos os motociclistas serem abrangidos por este regime, independentemente do método escolhido para pagamento.

Assembleia da República, 24 de maio de 2013.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,